

## AUDITOR FISCAL DO TESOURO

Nome:

Inscrição:



**TURNO DA  
MANHÃ**

**Fraudar ou tentar  
fraudar Concursos  
Públicos é Crime!  
Previsto no art. 311-A  
do Código Penal**



### **Sobre a verificação do material recebido:**

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

### **Sobre a devolução do material:**

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

### **Sobre a divulgação das provas e gabaritos:**

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC ([www.igeduc.org.br](http://www.igeduc.org.br)), conforme previsto no Edital.

### **Sobre as proibições no local de prova:**

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

## CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

### Saúde mental: os desafios e os valores de uma relação em que há grande diferença etária

Um estudo mostrou que no Irã, por exemplo, a satisfação dos casais com gap etário maior com o casamento não foi diferente daquela em que o par tinha mais ou menos a mesma idade, porque naquela cultura a diferença de idade numa relação amorosa é mais aceita.

Outro desafio diz respeito às referências e expectativas, que podem ser bem distintos. Isso não quer dizer, no entanto, que cada um não possa aprender a respeitar e valorizar os gostos e valores do outro e, com isso, ampliar o próprio repertório de referências. Aliás, isso vale até para casais em que não há muita distinção etária.

Um outro ponto é que, quase sempre (senão sempre), encaramos duas pessoas que estão em fases de vida significativamente diferentes como uma delas tendo uma forma de poder sobre a outra, não importa se a pessoa mais velha é o homem ou a mulher.

Não podemos negar que existam relacionamentos intergeracionais que passam por isso ou que o mais velho queira tirar alguma vantagem do mais novo por meio da relação, mas também é possível pensar que dois adultos maduros, independentemente de qual seja a diferença de idade entre eles, possam ter um relacionamento saudável.

Idade afetiva, ou seja, a maturidade que temos para encarar a vida e as dificuldades que ela nos traz, conta mais do que idade cronológica.

Acesso em: <https://tinyurl.com/79xnx558>

1. Depreende-se do texto que casais sem uma grande diferença de idade não enfrentam desafios relacionados a referências e expectativas distintas.

2. Infere-se do texto que, no Irã, a diferença de idade em casais é culturalmente aceita e não afeta a satisfação conjugal.

3. É possível afirmar que a maturidade emocional é mais importante para o sucesso de um relacionamento do que a idade cronológica.

4. De acordo com o texto, relacionamentos intergeracionais são sempre problemáticos, devido ao poder exercido pela pessoa mais velha sobre a mais nova.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 8.

### Praticar corrida está na moda

Que a corrida traz grandes benefícios à saúde há muitas pesquisas comprovando. Porém, correr com outras pessoas em clubes de corrida pode trazer outros pontos positivos para saúde física e mental.

Antes de entrar para o District Running Collective, com sede em Washington D.C. (Estados Unidos), Fallon Jones não era corredora. "Uma velha amiga – estávamos fazendo CrossFit na época – disse que havia um grupo de negros que corria na rua", conta. Ela ficou viciada depois de sua primeira corrida com o grupo na semana seguinte.

"A energia era tão elétrica. Estou no grupo de ritmo mais lento, mas todos estavam lá no final para me aplaudir", diz Jones. "Eu pensei, quer saber? Se eu continuar voltando, talvez eu consiga melhorar um pouco."

Os clubes de corrida têm uma longa história que remonta ao início do século 19. O primeiro clube de corrida conhecido no mundo, o Thames Hare and Hounds, foi fundado em 1868 em Londres, na Inglaterra, promovendo o esporte como uma atividade social. Ao longo das décadas, os clubes de corrida se espalharam pela Europa e América do Norte e depois, em diversas partes do mundo – inicialmente atraindo corredores competitivos, mas gradualmente atraindo um público mais amplo que buscava apoio, motivação e camaradagem.

Nos últimos anos, a ascensão das redes sociais e dos aplicativos de exercícios transformou ainda mais os clubes de corrida. As plataformas online permitem que os corredores se conectem, organizem eventos e acompanhem o progresso, tornando a corrida mais acessível e inclusiva.

Participar de um clube de corrida não apenas promove novas amizades, mas também melhora o bem-estar mental. Além disso, manter um ritmo de conversa enquanto corre com os amigos também pode oferecer benefícios físicos distintos.

Acesso em: <https://tinyurl.com/3fe9vbez>

5. Infere-se do texto que os clubes de corrida inicialmente eram destinados apenas a corredores competitivos, mas hoje em dia atraem um público mais amplo.

6. De acordo com o texto, correr em grupo pode oferecer benefícios tanto para a saúde física quanto para a saúde mental.

7. É possível afirmar que Fallon Jones já era corredora experiente antes de entrar para o District Running Collective.

8. Depreende-se do texto que a história dos clubes de corrida começou no século 20 com a popularização da corrida como esporte de massa.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 9 a 12.**

### **Como a guerra contra a pornografia pode mudar a internet**

Se você for ao Estado americano do Texas e tentar visitar hoje um determinado website de pronografia, poderá ficar suspreso.

Em vez do conteúdo normalmente encontrado em um site pornográfico, você irá ver um único vídeo. Nele, uma estrela de filmes adultos chamada Cherie DeVille aparece totalmente vestida para discutir políticas públicas.

"Como talvez você saiba, suas autoridades eleitas exigem que nós verifiquemos a sua idade antes de permitir que você tenha acesso ao nosso website", afirma DeVille no vídeo.

Ela explica que, em vez de pedir aos seus usuários que apresentem sua identidade fotográfica a cada visita, o website e sua rede de sites associados decidiram simplesmente bloquear todos os visitantes do Estado.

E os texanos não estão sozinhos. Neste exato momento, ocorre um apagão das pornografia pelos Estados Unidos.

Em 2023, os Estados do Arkansas, Mississippi, Utah e Virgínia aprovaram leis que exigem a verificação da idade dos visitantes. O website bloqueou todos eles, assim que as leis entraram em vigor.

No início de 2024, foi a vez da Carolina do Norte e de Montana. E novas leis exigindo o mesmo tratamento foram aprovadas nas últimas semanas em Idaho, Kansas, Kentucky e Nebraska.

Com novas normas programadas para entrar em vigor, o desligamento poderá atingir a maior parte do sul dos Estados Unidos nos próximos 12 meses. Com isso, o website – o quarto website mais popular do planeta, segundo alguns índices – poderá em breve estar bloqueado para um a cada três norte-americanos.

Formalmente, o objetivo dessas leis é evitar que as crianças tenham acesso a conteúdo pornográfico, em meio às preocupações de que elas possam ser prejudicadas pela normalização de comportamento sexual violento ou agressivo e pelo incentivo de expectativas irreais em relação ao sexo.

De 2022 até o momento, 19 Estados americanos aprovaram leis exigindo que os sites pornográficos verifiquem a idade dos seus usuários. E os legisladores já propuseram leis federais de verificação da idade.

A adoção de verificações de identidade não se limita aos sites adultos. Outras regulamentações propostas nos EUA, Reino Unido, União Europeia, Austrália e em partes da Ásia poderão exigir em breve a verificação de idade para as redes sociais e uma série de outras plataformas.

Seus proponentes afirmam que esta verificação não é

diferente da apresentação da identidade exigida para comprar um maço de cigarros – que são esforços de segurança baseados no bom senso, que irão funcionar tão bem online quanto no comércio físico.

"É muito simples", afirma Terry Schilling, presidente do think tank conservador (centro de pesquisa e debates) Projeto dos Princípios Americanos (American Principles Project), uma das principais organizações que defendem as leis de verificação da idade.

"Achamos que as crianças não devem poder ter acesso à quantidade de pornografia que elas têm disponível hoje", afirma ele.

Mas os opositores às novas regras defendem que as leis são mal elaboradas e podem até levar as pessoas para partes mais sombrias da internet, expondo as crianças e os adultos a riscos ainda maiores. Eles também argumentam que as repercussões da nova legislação podem trazer profundas consequências para o futuro da internet e a liberdade que ela oferece.

"Vamos ser honestos, entre as redes sociais e a pornografia, provavelmente temos a maior parte da atividade online das pessoas", afirma Daniel Kahn Gillmor, tecnólogo da União Americana para as Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês).

A maioria das pessoas concorda que é uma boa ideia evitar que as crianças tenham acesso à pornografia na internet. Mas alguns acreditam que existem melhores formas de controle do que a imposição de regras de verificação da idade.

Colocando de lado o debate político cada vez maior sobre qual a melhor forma de regulamentar o mundo online e as plataformas de tecnologia que o sustentam, a internet parece estar passando por um momento decisivo.

Acesso em: <https://tinyurl.com/mtastvbj>

**9.** É possível afirmar que as novas regulamentações de verificação de idade poderão afetar não apenas sites pornográficos, mas também redes sociais e outras plataformas online.

**10.** Infere-se do texto que a medida de bloqueio adotada afeta exclusivamente o estado do Texas.

**11.** Depreende-se do texto que há consenso geral entre as partes interessadas de que a verificação de idade é a melhor forma de proteger as crianças na internet.

**12.** De acordo com o texto, as novas leis de verificação de idade nos Estados Unidos têm como objetivo principal proteger as crianças do acesso a conteúdos pornográficos.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 18.**

A internet é uma gigantesca rede de computadores que se tornou um marco na história da comunicação da humanidade, revolucionando as formas de busca, pesquisa, envio e recebimento de informações dos mais variados formatos (imagem, som e texto).

Acesso em: <https://tinyurl.com/3jau77nv>

**13.** Um programa navegador, também conhecido por editor de texto, é um software que oferece opções para a utilização de serviços da internet. (Exemplos: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome).

**14.** O E-mail é uma porta bastante explorada pelos golpistas, que também podem trazer links para páginas falsas ou arquivos maliciosos (vírus).

**15.** A barra de endereços no navegador é o local onde digitamos o endereço eletrônico (site, endereço web) da página que queremos que seja apresentada. Quando começamos a digitar, uma lista de endereços, já digitados antes, começa a ser apresentado, para você escolher (se quiser) e assim economizar tempo de digitação.

**16.** O correio eletrônico (o famoso e-mail) é o meio mais prático de comunicação pessoal da internet. Para seu uso, basta o usuário remetente fazer uma conexão no seu correio eletrônico, escrever o texto e clicar num botão de envio, para que a mensagem seja entregue.

**17.** A World Wide Web, conhecida também por www, é a rede mundial de computadores interligados ou um sistema que nos permite encontrar informações. Permite que páginas de informações (home pages) sejam visualizadas através da digitação de um endereço no navegador.

**18.** Existem sites na internet especializados em pesquisa através da digitação de palavras-chave (os argumentos de pesquisa). Esses sites permitem a procura por algum assunto que esteja contido em alguma página da internet em todo o planeta.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 19 a 22.**

Goreth decidiu fazer uma promoção na sua loja de roupas para aumentar as vendas e está oferecendo um desconto de 20% em todas as camisetas da coleção de verão, que originalmente custavam R\$ 200,00, cada. Além disso, a loja está dando um desconto adicional de 10% sobre o valor promocional para os clientes que pagarem à vista.

**19.** Um cliente que pagou à vista economizou R\$ 56,00 em relação ao preço original.

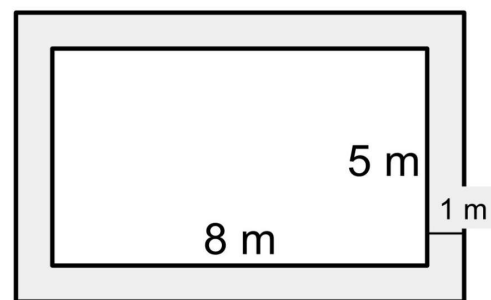
**20.** O preço final de uma camiseta, para o cliente que pagou à vista, foi de R\$ 144,00.

**21.** O desconto total para um cliente que pagou à vista foi de 30% sobre o preço original.

**22.** Se um cliente comprasse duas peças à vista, o valor total pago por ele seria R\$ 288,00.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 23 a 26.**

Carla está projetando um grande canteiro de flores para a praça central da sua cidade, que terá uma base retangular com 8 metros de comprimento e 5 metros de largura, sendo preenchido com substrato até uma altura de 1,2 metros. Além disso, ao redor do canteiro haverá um banco de concreto com 1 metro de largura, conforme a vista superior dada na imagem abaixo.



**23.** O perímetro do canteiro, sem o banco, é de 26 metros.

**24.** A área da superfície do banco, que será coberta com concreto, é de 38 metros quadrados.

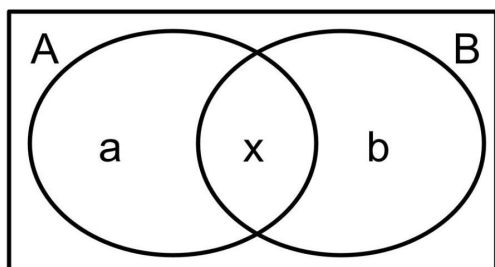
**25.** O volume de substrato necessário para preencher o jardim até a altura planejada é de 48 metros cúbicos.

**26.** A área total da superfície do jardim, incluindo o caminho, é de 72 metros quadrados.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 27 a 30.**

No diagrama lógico dado abaixo, a representa os elementos que pertencem apenas ao conjunto A; b representa os elementos que pertencem apenas ao conjunto B; e x representa os elementos que pertencem

a A e a B.



27. Sobre os elementos representados por a, podemos usar a proposição categórica "Todo A é B".

28. As proposições "Existe algum A que não é B" e "Existe algum B que não é A" não podem ser deduzidas do diagrama dado.

29. Analisando o diagrama, podemos afirmar que ele justifica a afirmação categórica 'Algum B não é A'.

30. Sobre os elementos representados por x podemos usar as proposições categóricas "Algum A é B" e "Algum B é A".

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 34.

Código Tributário Nacional

Por José Guilherme Gouvêa

Em um sistema federativo que comporta não somente a União, os vinte e seis Estados e Distrito Federal, mas também milhares de municípios, ao CTN é reservada a indispensável função de estabelecer normas gerais de direito tributário, função que vem desempenhando de maneira competente há mais de 50 anos.

O Código Tributário Nacional, apesar de ser formalmente Lei Ordinária, isto é, ter sido aprovado como Lei Ordinária, possui status de Lei Complementar.

Esse fenômeno ocorre em razão do CTN ter sido promulgado em 25 de outubro de 1966, sob a vigência da Constituição de 1945, a qual nem sequer previa a figura da Lei Complementar.

Com a Constituição de 1988, surge a figura da Lei Complementar, a qual é encarregada da disciplina de assuntos específicos, dentre os quais destacam-se aqueles dispostos no art. 146, III, da CF.

Diante disso, os diplomas normativos que não eram contrários à Constituição, como é o caso do CTN, mas que dispunham sobre matérias reservadas à Lei Complementar, passaram a ostentar essa natureza

normativa.

Portanto, ainda que o CTN seja formalmente Lei Ordinária, ao disciplinar matérias reservadas à Lei Complementar em conformidade à Constituição, adquire esse status.

Acesso em: <https://tinyurl.com/3a4z9je2>

31. O Código Tributário Nacional (CTN) é o diploma normativo brasileiro que disciplina diversas normas gerais de direito tributário.

32. A suspensão do crédito tributário permite ao contribuinte a obtenção de Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa, facultando-se a prática de todos os atos que exigem Certidão Negativa de Débitos perante os entes públicos.

33. O artigo 96 do Código Tributário Nacional estabelece uma definição essencial para o direito tributário, ao afirmar que a legislação tributária abrange não apenas as leis, mas também tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares que tratam, total ou parcialmente, sobre tributos e as relações jurídicas a eles relacionadas.

34. O Evento Subsequente corresponde a um dos itens destacados no artigo 151 do Código Tributário Nacional que suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 35 a 38.

Sistema Tributário Nacional

O sistema tributário brasileiro é composto por uma variedade imensa de tributos. São impostos, taxas, empréstimos compulsórios e contribuições cobradas por um ou por todos os entes da federação.

Estes são exigidos de forma direta e indireta de pessoas físicas e jurídicas e são utilizados para as mais variadas utilidades.

Tributo, conforme o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), é toda prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não se constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Diante a complexidade do tema, alguns estudiosos desenvolveram classificações para apresentar as espécies tributárias. Tais espécies podem ser classificadas quanto a função (fiscais e extrafiscais; quanto a competência (tributos federais, estaduais e municipais); quanto ao impacto financeiro (tributos diretos e indiretos); quanto a cumulatividade, (cumulativos e não cumulativos), dentre outros.

Acesso em: <https://educamundo.com.br>

**35.** Segundo o Artigo 148 da Constituição Federal, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.

**36.** De acordo com o artigo 145º da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir como tributo a contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

**37.** Segundo o artigo 148 da Constituição Federal, a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atendimento de despesas programáticas, decorrentes de ações de gestão e manutenção de órgãos do Governo.

**38.** O Artigo 145º da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir como tributo taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. Desse modo, essas taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 39 a 42.**

Os Princípios mais Relevantes do Direito Administrativo

Por Alexandre Guimarães Gavião Pinto

O Direito Administrativo pode ser compreendido como o conjunto de normas e princípios jurídicos que regem a atividade administrativa, as entidades, os órgãos e agentes públicos, que atuam com o objetivo de atender as necessidades da coletividade.

Destaque-se que o Estado deve criar as condições necessárias para que os indivíduos vivam de forma harmônica e solidária na sociedade e desenvolvam suas aptidões físicas, morais e intelectuais. Isto porque, à sociedade política compete assegurar as condições indispensáveis ao bem geral.

A função administrativa constitui o dever do Estado de atender ao interesse público. Indubitavelmente, o Direito Administrativo é uma disciplina do ramo do Direito Público, organizada por princípios, que se encontram reunidos de forma harmoniosa.

A Administração Pública detém prerrogativas e sujeições, com o fito de suprir as necessidades decorrentes do interesse coletivo, o que permite, muitas vezes, em virtude da supremacia do interesse público sobre o particular, o condicionamento ou limitação do exercício de direitos e liberdades individuais.

Para alcançar o bem público, o Estado exerce determinadas atividades, tais como a manutenção da ordem interna e a execução de serviços para o bem-estar e o progresso da coletividade.

Acesso em: <https://tinyurl.com/4wfyj86r>

**39.** A Administração Pública está subordinada aos princípios de Direito Administrativo e, em especial, aos princípios básicos instituídos no artigo 45, da Constituição da República.

**40.** O Direito Administrativo é o ramo do direito compreendido por conjunto de normas e princípios jurídicos que regem a atividade administrativa, as entidades, os órgãos e agentes públicos, que atuam com o objetivo de atender as necessidades da coletividade.

**41.** Dentre os princípios básicos da Administração Pública, a impessoalidade é um princípio o qual exige que a atuação do administrador público seja voltada ao atendimento impessoal e geral, ainda que venha a interessar a pessoas determinadas, não sendo a atuação atribuída ao agente público, mas à entidade estatal a que se vincula.

**42.** A vontade do Estado se manifesta através de seus agentes, que são pessoas naturais que recebem a importante tarefa de atuar em nome do Poder Público.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 43 a 46.**

Gestão contábil

A gestão contábil é a atividade responsável por administrar rotinas, documentos, registros, dados e informações financeiras, fiscais e tributárias de uma empresa.

Em outras palavras, trata-se de um gerenciamento voltado para questões como garantia do cumprimento de prazos legais, cálculo e pagamento dos impostos pertinentes ao ramo de atuação da companhia, escrituração contábil e diversas outras relacionadas.

Apenas com essa explicação inicial, você já deve ter notado que a gestão contábil está diretamente relacionada à saúde financeira de um negócio. Justamente por conta disso, ela é tão importante e requer atenção de gestores e dos profissionais responsáveis por essa atividade.

Como resultado dessa gestão, é possível acompanhar de perto e garantir uma boa saúde financeira para a companhia, bem como evitar problemas tributários, fiscais e legais com órgãos fiscalizadores e stakeholders.

Acesso em: <https://tinyurl.com/sn2n3c58>

**43.** Um dos objetivos essenciais da contabilidade é o planejamento estratégico organizacional, que utiliza ferramentas informacionais, visando ao controle empresarial.

44. Na contabilidade, os bens denominados de "bens permanentes" correspondem aos bens adquiridos para utilização dentro da empresa, e que serão consumidos em curto prazo, geralmente dentro do próprio exercício em que foram adquiridos.

45. Na contabilidade, os bens tipificados como incorpóreos são bens que não constituem matéria, ou seja, não podem ser tocados.

46. É função da contabilidade Demonstrar e controlar as mutações patrimoniais.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 47 a 50.**

DRE

Por Gilles B. de Paula

O Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) é um relatório que oferece uma síntese econômica completa das atividades operacionais e não operacionais de uma empresa em um determinado período de tempo, demonstrando claramente se há lucro ou prejuízo.

Embora seja elaborado anualmente devido às obrigações legais de divulgação, em geral a Demonstração de Resultados do Exercício é gerada também mensalmente para fins administrativos e gerenciais, sendo uma das mais poderosas ferramentas de análise dos resultados para os responsáveis nos diversos níveis de gestão de uma empresa.

Acesso em: <https://tinyurl.com/58xr69dx>

47. A Demonstração do Resultado do Exercício é um documento com importância tanto contábil quanto gerencial.

48. O DRE tem como principal objetivo a visão de curto prazo do capital em caixa de uma empresa.

49. O objetivo da Demonstração de Resultados para uma empresa é detalhar cada passo que compõe o resultado líquido da companhia em um exercício, através do confronto das Receitas, Custos e Despesas apuradas, gerando informações significativas para tomada de decisão.

50. O DRE tem por finalidade demonstrar se uma empresa teve lucro ou prejuízo no período analisado.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 51 a 54.**

Juros simples e compostos

Por Elaine Ortiz

Juros são taxas percentuais que incidem sobre um capital investido ou a remuneração recebida pela aplicação do capital. Em outras palavras, é o rendimento ou soma cobrada pelo credor sobre alguma quantia emprestada.

Quando recebemos um empréstimo a uma instituição financeira, por exemplo, estamos "alugando" o dinheiro por um certo período. Os juros representam esse "aluguel". É por isso que nos comprometemos a devolver não só a quantia emprestada, mas também um valor adicional na forma de juros. Esse valor é a remuneração pelo uso do valor emprestado.

Para que os juros de uma operação sejam calculados, é necessário saber o capital emprestado, a taxa de juros e a duração do crédito.

Acesso em: <https://tinyurl.com/4mp5wuev>

51. Os juros compostos são calculados com base em um valor fixado, chamado de capital inicial.

52. Uma investidor fez um empréstimo de R\$30 mil, com juros simples de 2%, a ser pago em 5 anos. Após esse período, o investidor terá pago R\$32.000,00 pelo empréstimo.

53. Os juros simples são usados normalmente para contas de consumo, como de água ou energia, quando há atraso.

54. No sistema de juros compostos, a taxa é calculada com base no capital inicial somente no primeiro mês.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 55 a 56.**

Juros

Seja em empréstimos, financiamentos ou pagamentos atrasados, os juros fazem parte da sua rotina financeira. Mas, na prática, existem dois tipos: os juros simples e compostos.

Entender a diferença entre eles, como funcionam e, especialmente, como calcular juros simples e compostos pode pesar no bolso!

Em um empréstimo, os juros são um valor adicional que você precisa pagar junto com o valor que pediu emprestado. Se você não conseguir pagar tudo de volta no tempo acordado, a taxa de juros pode aumentar.

Por outro lado, os juros também podem ser recebidos. É o caso dos investimentos. Em alguns tipos de aplicação, a rentabilidade são os juros aplicados.

Acesso em: <https://blog.pagseguro.uol.com.br/>

55. A taxa de juros real é uma categoria de juros que expressa o rendimento bruto de uma aplicação, sem considerar a inflação.

56. Os juros de mora são aplicados quando há o descumprimento no prazo de determinado pagamento. A aplicação desse tipo de juros é bastante comum quando ocorre atraso no pagamento de um título de crédito, por exemplo.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 57 a 60.**

Gestão de custos

A gestão de custos pode ser entendida como um ciclo atividades específicas e integradas, de um negócio, desenvolvidas constantemente para subsidiar a tomada de decisão. Serve para direcionar o planejamento estratégico produzindo respostas às questões organizacionais.

A elevação dos gastos nas empresas é uma preocupação dos gestores, face aos recursos finitos. Por este motivo, a gestão de custo é um desafio para as empresas, dado a complexidade dos serviços que envolve este ambiente.

O conhecimento da dinâmica e da estrutura de custos em uma instituição permite a visualização dos fluxos internos dos insumos e a identificação de pontos críticos. A apuração de custos contribui, portanto, para a organização dos processos, melhor gerenciamento e aplicação dos recursos. A gestão dos custos constitui-se imprescindível dentro das instituições de saúde, por servir de instrumento eficaz de gerência e acompanhamento dos serviços, e a implantação de medidas corretivas que visem a um melhor desempenho das unidades, com base na possível redefinição das prioridades essenciais, aumento da produtividade e racionalização do uso de recursos dentre outras medidas administrativas.

Acesso em: <https://tinyurl.com/mrykm79b>

57. Os custos variáveis são também denominados de custos indiretos.

58. Custos fixos são aqueles que não estão atrelados à produtividade e às vendas de uma empresa.

59. O custo variável é aquele que sofre alterações em curto prazo, geralmente relacionadas a alguma variável na produção e nas vendas.

60. Fluxo de caixa é o movimento de entradas e saídas de dinheiro do caixa da empresa.

**O texto seguinte servirá de base para responder às**

**questões de 61 a 64.**

Perpetuidade

Perpetuidade é um conceito financeiro que representa uma série de fluxos de caixa que continuam indefinidamente. Na análise de viabilidade de negócios, especialmente em empresas varejistas, a perpetuidade é utilizada para estimar o valor de um fluxo de caixa que se espera que continue a ser gerado após o período de projeção explícita, geralmente de cinco a dez anos. Este valor é calculado utilizando a fórmula da perpetuidade, baseada na premissa de que os fluxos de caixa crescerão a uma taxa constante para sempre.

Considerar a perpetuidade é essencial para capturar o valor de longo prazo de uma empresa varejista. Na prática, é difícil prever fluxos de caixa com precisão para um período muito longo. Ao utilizar a perpetuidade, podemos simplificar a análise, concentrando-nos em um período de projeção detalhada e, em seguida, aplicar uma fórmula simplificada para estimar o valor além desse horizonte.

Acesso em: <https://labfinprovarfia.com.br/>

61. De acordo com o método de utilização da taxa de crescimento realista, a taxa de crescimento perpétua deve ser conservadora e geralmente não deve exceder a taxa de crescimento da economia na qual a empresa opera.

62. A consistência com o período de projeção e o fluxo de caixa terminal devem ser correspondentes com os anos anteriores, sem saltos ou quedas abruptas que não possam ser justificados.

63. O custo de capital corresponde a uma taxa de crescimento constante que se espera que os fluxos de caixa mantenham indefinidamente.

64. Dentre as premissas básicas para cálculo da perpetuidade, o fluxo de caixa terminal corresponde a um fluxo de caixa livre da empresa projetado para o último ano do período de projeção explícita.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 65 a 68.**

Direito Administrativo

Por Arthur Bobsin

A origem do direito administrativo está atrelada ao surgimento do Estado de Direito, ou seja, ao reconhecimento do Estado como um ente autônomo cuja atuação está pautada no interesse público e na paz social.

O direito administrativo é a área que tem como foco o estudo da estrutura e das relações existentes nos órgãos



da administração pública. Também está relacionado a toda a regulamentação destinada aos servidores que nela atuam.

Segundo Odete Medauar, o direito administrativo é definido como o conjunto de normas e princípios que regem a atuação da Administração Pública, tratando primordialmente da organização, meios de ação, formas e relações jurídicas da Administração Pública.

Para a autora, a área é formada por princípios próprios e tem um objeto específico: a disciplina da Administração Pública. Na esfera científica, apresenta-se como ramo autônomo no campo do direito. A Administração Pública exerce o controle de seus próprios atos, além de sujeitar-se ao controle por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Acesso em: <https://tinyurl.com/msdrne6y>

**65.** O direito administrativo tem como função principal coibir a atuação abusiva do Estado, responsabilizando-o por aquilo que desrespeita a legislação

**66.** O princípio da moralidade administrativa pode ser caracterizado como a reprovação de condutas que ferem não apenas a legislação, como também a moral e os bons costumes.

**67.** De acordo com o princípio da eficiência, considerando que a Administração Pública atua com recursos públicos, todas as suas ações devem priorizar a máxima eficiência.

**68.** O princípio da subsidiariedade reflete os modos empregados visando os resultados que serão obtidos. A relação entre as medidas, os custos e os resultados devem ser proporcionais, necessários e adequados.

### O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 69 a 72.

#### Planejamento

Planejamento é um procedimento indispensável para qualquer atividade. Seja qual for o projeto, saiba por que e como se programar para fazer dar certo.

O planejamento é fundamental para todo e qualquer projeto. Quando temos um desejo ou uma necessidade, por mais complexa que possa ser, programar-se e elaborar um passo a passo é o caminho mais seguro e mais eficiente para conseguir realizá-la. O hábito do planejamento deve ser alimentado sempre, em especial, nas decisões profissionais e de negócios, para conseguir se introduzir e manter com sucesso no mundo do empreendedorismo.

É verdade que, muitas vezes, reservar um tempo para o planejamento pode parecer uma chatice. Quando temos uma necessidade emergencial ou uma vontade decidida,

queremos ir direto para a ação. Contudo, se não paramos para pensar um pouco nos passos que devemos realizar, a chance de não conseguirmos alcançar totalmente o objetivo é muito maior. Por isso, não se pode deixar o desejo de partir para o ataque ultrapassar a obrigação de formular uma boa estratégia!

Disponível em: <https://sebrae.com.br>

**69.** A utilização do planejamento como uma ferramenta no trabalho demonstra um interesse em prever e organizar ações e processos que vão acontecer no futuro, aumentando a sua racionalidade e eficácia.

**70.** A função "Organização Administrativa" está atrelada ao arranjo e alocação do trabalho, a autoridade e os recursos entre os membros de uma organização, visando o alcance dos objetivos organizacionais.

**71.** Existem três níveis de planejamento que são dimensionados na base organizacional: o planejamento estratégico, o planejamento estrutural e o planejamento de mercado.

**72.** Direcionar refere-se à capacidade de, a partir das ferramentas disponíveis, fazer escolhas e direcionar as unidades para o futuro desejado.

### O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 73 a 76.

#### IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS OU ISSQN

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS ou ISSQN, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

O ISS até 31.07.2003 foi regido pelo DL 406/1968 e alterações posteriores. A partir de 01.08.2003, o ISS é regido pela Lei Complementar 116/2003.

Acesso em: <https://tinyurl.com/e4muzwz7>

**73.** A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o preço do serviço acrescido em 3%.

**74.** A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

**75.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal

de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

**76.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incide diretamente sobre as exportações de serviços para o exterior do País.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 77 a 80.**

Improbidade Administrativa

Como qualquer outra norma constitucional de eficácia limitada, o parágrafo 4º do artigo 37 da Carta Maior brasileira dependia da criação de uma legislação que amparasse e desse regramentos para situações de improbidade administrativa.

No dia 2 de junho de 1922, o então presidente Fernando Collor sancionou a Lei 8.429, que ficou conhecida como a Lei de Improbidade Administrativa (LIA) ou Lei do Colarinho Branco, que definia os atos e punições àqueles que exercessem seus cargos públicos com má-fé.

A razão da existência da Lei de Improbidade Administrativa se dá pelo princípio de que todo o agente público deve trabalhar na Administração Pública com boa-fé e honestidade, procurando atender ao interesse público, e não a interesses próprios ou escusos.

Dessa forma, a lei procura punir não só aquele que utiliza de seu cargo para obter algum tipo de vantagem ilícita para si ou para outrem, mas pune também aquele que se omite e não age em situações onde o bem público ou a integridade da Administração Pública se encontram em risco.

Acesso em: <https://tinyurl.com/4zx5f46r>

**77.** Constitui ato de improbidade administrativa danos causados por imprudência, imperícia ou negligência por parte de servidor.

**78.** Constitui ato de improbidade administrativa permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º da Lei 8.429/92, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado.

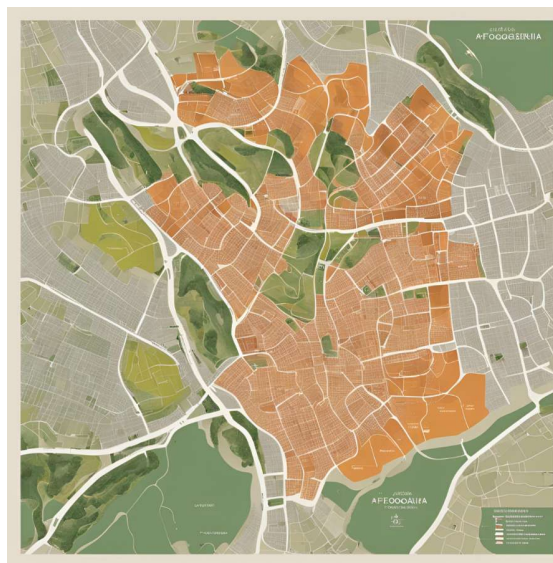
**79.** Constitui ato de improbidade administrativa receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

**80.** Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a

prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 81 a 84.**

Durante uma auditoria realizada pelo Auditor Fiscal do Tesouro no município de Afogados da Ingazeira, foram observadas diversas práticas relacionadas ao cumprimento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), conforme disposto na Lei Municipal nº 102/2024. O auditor deve verificar a conformidade das ações municipais com as diretrizes estabelecidas, especialmente no que diz respeito ao uso do solo e à sustentabilidade urbana.



Lei Municipal nº 102/2024

**81.** Na Zona Residencial e de Uso Misto com Adensamento Básico (ZERMAB), a Tabela de Parâmetros Urbanísticos (Anexo X) permite uma taxa de ocupação de até 90% do lote.

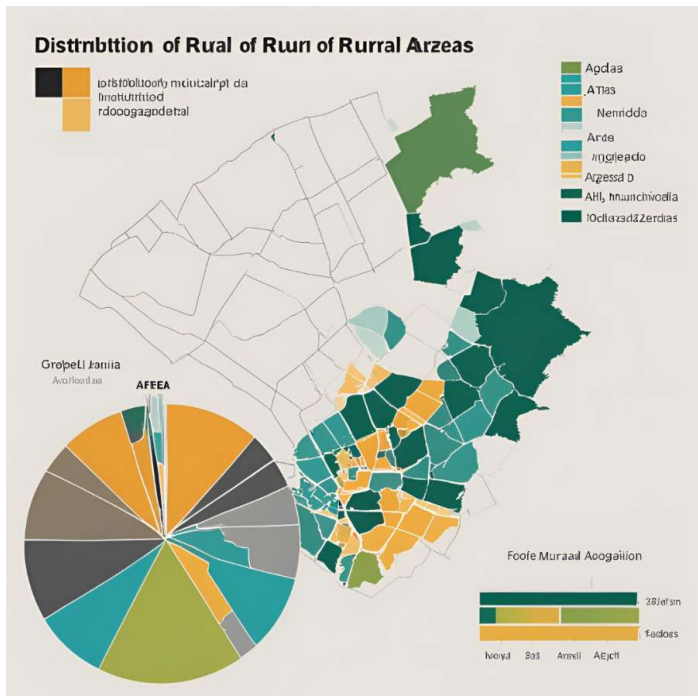
**82.** Um empreendimento localizado em uma Zona de Ocupação Sustentável (ZOS) pode ser aprovado, mesmo que não observe todas as diretrizes de proteção ambiental previstas na legislação municipal, conforme o artigo 27 da Lei Municipal nº 102/2024.

**83.** A decisão do município de expandir áreas comerciais na Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE) sem a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é legalmente válida segundo a Lei Municipal nº 102/2024.

**84.** A implementação de um parque linear ao longo do Rio Pajeú pode ser feita sem a necessidade de observar as diretrizes de preservação ambiental estabelecidas pela Lei Municipal nº 102/2024.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 85 a 88.**

No relatório de uma auditoria fiscal, o Auditor Fiscal do Tesouro precisa avaliar a conformidade das políticas municipais de desenvolvimento territorial com as metas estabelecidas no Plano Diretor, especialmente no que diz respeito ao uso do solo e à inclusão social.



Lei Municipal de Afogados da Ingazeira – PE nº 102/2024 (dispõe sobre o plano diretor de ordenamento territorial do município de Afogados da Ingazeira).

**85.** A implementação de novas áreas industriais em zonas residenciais pode ser aprovada, desde que seja garantido o correto dimensionamento das vias e acessos, segundo a Lei Municipal nº 102/2024.

**86.** A Lei Municipal nº 102/2024 permite a criação de loteamentos com uso misto (residencial e comercial) sem a necessidade de respeitar o coeficiente de aproveitamento básico estabelecido.

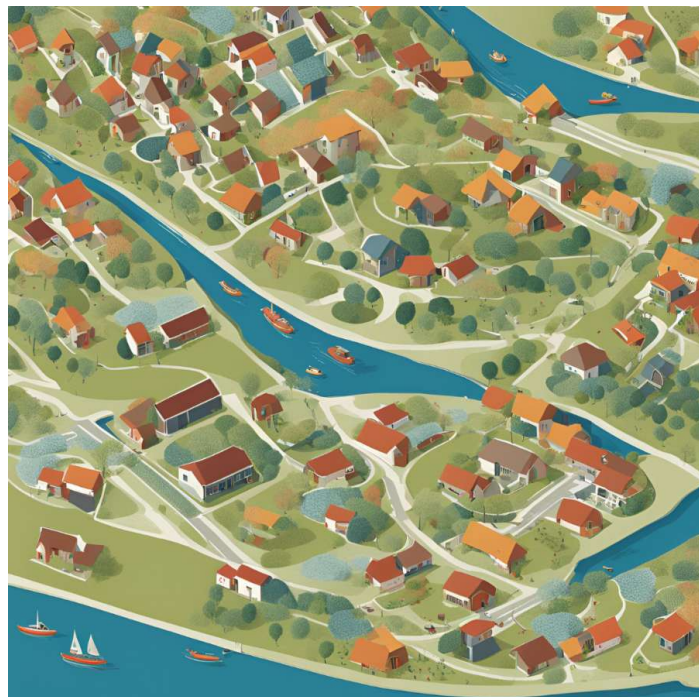
**87.** A Lei Municipal nº 102/2024 não prevê a necessidade de uma distribuição equitativa de áreas verdes e espaços públicos nas periferias do município como parte de suas metas de inclusão social.

**88.** A implementação de novos projetos viários no município pode desconsiderar as áreas de preservação permanente (APPs), desde que sejam respeitadas as demais normas de segurança viária, conforme a Lei Municipal nº 102/2024.

**O texto seguinte servirá de base para responder às**

**questões de 89 a 90.**

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de Afogados da Ingazeira estabelece diversas diretrizes para a ocupação e uso do solo, visando o desenvolvimento sustentável e a equidade social.



Lei Municipal de Afogados da Ingazeira – PE nº 102/2024 (dispõe sobre o plano diretor de ordenamento territorial do município de Afogados da Ingazeira).

**89.** O PDOT permite a instalação de empreendimentos comerciais de grande porte em áreas rurais, desde que aprovados pelos órgãos competentes.

**90.** O planejamento da mobilidade urbana no PDOT inclui a priorização do transporte público de qualidade como forma de promover a equidade social.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 91 a 94.**

Durante uma auditoria de rotina, o Auditor Fiscal do Tesouro de Afogados da Ingazeira foi encarregado de avaliar a conformidade dos impostos municipais, verificando se as isenções e taxas foram aplicadas corretamente conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.



Lei Complementar Municipal de Afogados da Ingazeira – PE nº 024/2014 (dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e institui normas de direito tributário a ele aplicáveis).

**91.** Imóveis pertencentes a sociedades civis sem fins lucrativos, destinadas à assistência social, não podem ser isentos do IPTU, conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

**92.** A isenção do IPTU pode ser concedida de forma vitalícia, sem necessidade de revisão anual, conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

**93.** Um imóvel urbano não edificado, classificado como subutilizado, não pode ter sua alíquota de IPTU aumentada progressivamente ao longo do tempo.

**94.** A Lei Complementar Municipal nº 024/2014 permite a isenção do IPTU para templos religiosos de qualquer culto, independentemente de sua localização no município.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 95 a 98.**

Durante uma reunião de planejamento estratégico, o Auditor Fiscal do Tesouro revisa as normas de lançamento e arrecadação de impostos, com foco no IPTU, conforme estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

Lei Complementar Municipal de Afogados da Ingazeira – PE nº 024/2014 (dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e institui normas de direito tributário a ele aplicáveis).

**95.** O IPTU não incide sobre imóveis localizados fora da zona urbana, mesmo que sejam utilizados para fins de recreio, conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

**96.** O IPTU deve ser lançado anualmente e incide sobre a propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel localizado na zona urbana do município, conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

**97.** A planta de valores de terrenos estabelecida pelo Poder Executivo é utilizada como base para a determinação do valor venal dos imóveis, que serve de cálculo para o IPTU, conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

**98.** O lançamento do IPTU pode ser feito em nome do promitente comprador, mesmo que o contrato de compra e venda ainda não tenha sido registrado em cartório, conforme as disposições da Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 99 a 100.**

Durante uma fiscalização realizada pelo Auditor Fiscal do

Tesouro no município de Afogados da Ingazeira, surgiram dúvidas relacionadas ao correto lançamento e à arrecadação dos tributos municipais, especificamente sobre o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) e as isenções tributárias previstas na Lei Complementar Municipal nº 024/2014.



Lei Complementar Municipal de Afogados da Ingazeira – PE nº 024/2024 (dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e institui normas de direito tributário a ele aplicáveis).

**99.** O Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) incide sobre a transmissão de bens imóveis por natureza ou acessão física, mesmo que a transmissão ocorra fora do território do município de Afogados da Ingazeira, conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

**100.** Imóveis de propriedade de autarquias municipais, utilizados exclusivamente para prestação de serviços públicos, são isentos de impostos municipais, incluindo o ITBI, conforme a Lei Complementar Municipal nº 024/2014.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

4 \_\_\_\_\_

5 \_\_\_\_\_

6 \_\_\_\_\_

7 \_\_\_\_\_

8 \_\_\_\_\_

9 \_\_\_\_\_

10 \_\_\_\_\_

11 \_\_\_\_\_

12 \_\_\_\_\_

13 \_\_\_\_\_

14 \_\_\_\_\_

15 \_\_\_\_\_

16 \_\_\_\_\_

17 \_\_\_\_\_

18 \_\_\_\_\_

19 \_\_\_\_\_

20 \_\_\_\_\_

21 \_\_\_\_\_

22 \_\_\_\_\_

23 \_\_\_\_\_

24 \_\_\_\_\_

25 \_\_\_\_\_

26 \_\_\_\_\_

27 \_\_\_\_\_

28 \_\_\_\_\_

29 \_\_\_\_\_

RAASCUNHO